

Acordo decepciona técnico

"Ainda não há acordo, mas não é o caminho". Esta foi a avaliação feita, ontem, pelo ex-chefe da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos (Seae) do Ministério da Fazenda na gestão Bresser Pereira, Yoshiaki Nakano, a propósito da atual negociação da dívida externa. Ele se mostrou decepcionado com o retorno do País à negociação convencional (Bresser Pereira havia proposto uma forma mista, com uma parte convencional e outra de securitização — colocação de bônus no mercado internacional). Também não gostou da prorrogação do prazo de negociação.

"Havia um prazo. A concessão máxima foi o acordo provisório (fechado em dezembro, pelo qual o Brasil acertou o pagamento dos juros não honrados de março a setembro), em que a data final para uma conciliação era 29 de janeiro. Caso contrário, adotaríamos medida unilateral", afirmou Nakano. Ele explicou que medida unilateral era a volta da missão negociadora brasileira a Brasília:

"Iríamos negociar banco por banco (com os mais de 700 bancos credores privados). Quem quisesse negociar viria aqui", esclareceu.

Previsão difícil

Nakano achou difícil prever se o acordo agora em negociação abrirá realmente as torneiras das fontes supridoras de recursos internacionais, como espera o governo. Os principais obstáculos, para ele, são os maus indicadores da economia e a necessidade de fechar acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Clube de Paris.

Nakano negou que a estratégia adotada na gestão Bresser Pereira fosse de confronto com os credores. Esclareceu que, pelo contrário, o propósito era procurar reintegrar o Brasil na comunidade financeira internacional. "Não integrar significa, sucatear toda a economia, porque não se investe nem se importa sustentou. Mas era preciso uma solução conciliatória. Ela foi tentada, a partir de setembro. A concessão máxima foi o acordo provisório de dezembro".